

## PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, CONTRA AUSENTES, ABREVIADO E NO JUIZADO ESPECIAL\*

SIDNEI AGOSTINHO BENETI

**SUMÁRIO:** A) Procedimentos especiais no Processo Penal Brasileiro: 1. Organização geral dos procedimentos – 2. Características comuns aos procedimentos – 3. Procedimentos especiais – 4. Novos instrumentos processuais – 5. Não aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais; B) O novo procedimento contra ausentes: 6. Procedimento contra ausentes – 7. Prisão preventiva – 8. A suspensão da prescrição; C) Procedimento abreviado ou acelerado: 9. Procedimento abreviado ou acelerado; D) Procedimento no Juizado Especial Criminal: 10. Juizado Especial Criminal – 11. Juízes togados e conciliadores – 12. O procedimento no Juizado Especial Criminal; E) Conclusões: 13. A humanização do processo penal – 14. Intensificação do rigor de medidas processuais – 15. O procedimento penal como garantia do cidadão.

### A) PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.

#### 1. Organização geral dos procedimentos

O Código de Processo Penal brasileiro, Dec.-lei 3.689, de 03.10.1941, com alterações que serão referidas, organiza o sistema procedimental estabelecendo: I) procedimento comum (CPP, arts. 394 a 502), dividido em: 1.<sup>o</sup>) procedimento dos crimes da competência do Júri (CPP, arts. 406 a 497);<sup>1</sup> 2.<sup>o</sup>) procedimento co-

mun dos crimes da competência do juízo singular, ou seja, crimes punidos com reclusão,<sup>2</sup> cumulativa ou alternativamente (CPP, arts. 498-502); 3.<sup>o</sup>) procedimento sumário dos crimes punidos com detenção ou multa (CPP, arts. 539-540)<sup>3</sup>;

XXXVIII), sendo esses crimes apenas quatro: p homicídio doloso (CP, Art. 121), o induzimento, instigado ou auxílio ao suicídio (art. 122), o infanticídio (CP, art. 123) e o aborto (CP, art. 124-128).

(2) Reclusão, cumulativa ou alternativamente. Entre esses crimes destacam-se, pela relevância: lesões corporais dolosas (CP, art. 129, §§ 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup>), furto (CP, art. 155), roubo (CP, art. 157), extorsão (CP, art. 158), violação de direito autoral (art. 184), apropriação indébita (CP, art. 168), estelionato (CP, art. 171), estupro (CP, art. 213), atentado violento ao pudor (CP, art. 214), favorecimento da prostituição (art. 228), peculato (CP, art. 312), concussão (CP, art. 316), entre outros.

(3) Principais crimes punidos com detenção: lesões corporais simples (CP, art. 129), homicídio e lesões corporais culposos (CP,

(1) Texto destinado à pesquisa “Garantia dos Direitos Humanos por intermédio do Poder Judiciário na América Latina”, para o Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, Freiburg-in-Breisgau, sob a direção geral do Dr. Kurt Madlener e coordenação do grupo de São Paulo, Brasil, da Dra. Silma Marlice Madlener.

(1) Compete ao Tribunal do Júri, por previsão constitucional, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (Cf, art. 5.<sup>o</sup>,

II) vários procedimentos especiais: 1.º) procedimento dos crimes de falência (CPP, arts. 503-512); 2.º) procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (CPP, arts. 513-518); 3.º) procedimento dos crimes de calúnia e injúria (CPP, arts. 519-523); 4.º) procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (CPP, arts. 541-548); 5.º) procedimento de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso (CPP, arts. 549-555).

Além do Código de Processo Penal, algumas leis especiais regem o procedimento atinente a determinados crimes, destacando-se: 1.º) Lei 4.898, de 09.12.1965, referente aos crimes de abuso de autoridade; 2.º) 5.249, de 09.02.1967, referente aos crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores; 3.º) Lei 6.368, de 21.10.1976, atinente aos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes.

## 2. Características comuns aos procedimentos

O processo penal brasileiro é acusatório, ou seja, um processo de partes, com a parte acusadora reservada ao Ministério Público na ação penal pública, (CP, art. 129, I) e ao ofendido na ação penal privada (CPP, art. 519).

Em todos os procedimentos são assegurados o contraditório e a ampla defesa (CF, art. 5.º, LV).<sup>4</sup> Vale a presunção de inocência até a condenação definitiva (CF, art. 5.º, LVII).<sup>5</sup>

art. 121, § 3.º, e 129, § 6.º), dano (art. 163), ato obsceno (art. 233) entre outros.

(4) "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (CF, art. 5.º, LV).

(5) "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (CF, art. 5.º LVII).

Não há Juiz de Instrução no Brasil. A investigação resta, usualmente, a cargo da Polícia Judiciária, por intermédio do inquérito policial (CPP, arts. 4.º-23), iniciado por informação do delito ou por auto de prisão em flagrante, realizada pela autoridade ou por qualquer pessoa do povo (CPP, art. 301). É a fase pré-processual ou policial da persecução penal.

A fase pré-processual termina com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e seu recebimento pelo Juiz (CPP, art. 394), a que se segue o interrogatório pelo Juiz.

## 3. Procedimentos especiais

Os procedimentos especiais diversificam-se por peculiaridades da marcha do processo em Juízo. São pré-estabelecidos pela lei, de maneira que não caracterizam Juízos ou Tribunais de exceção.

Caracterizam-se os procedimentos especiais pela concessão de oportunidade de defesa antes do interrogatório, ou pela oralidade, com a concentração de toda a matéria relevante à acusação na audiência.

Assim ocorre nos diversos procedimentos especiais enumerados anteriormente:

1.º) procedimento dos crimes de falência (CPP, arts. 503-512);

2.º) procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (CPP, arts. 513-518);

3.º) procedimento dos crimes de calúnia e injúria dos (CPP, arts. 519-523);

4.º) procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos (CPP, arts. 541-548);

5.º) procedimento de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso (CPP, arts. 549-555).

Além do Código de Processo Penal, algumas leis especiais regem o procedimento atinente a determinados crimes, destacando-se:

1.º) Lei 4.898, de 09.12.1965, referente aos crimes de abuso de autoridade;

2.º) 5.249, de 09.02.1967, referente aos crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores;

3.º) Lei 6.368, de 21.10.1976, atinente aos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes.

#### 4. Novos instrumentos processuais

A Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099, de 26.09.1995), referente às infrações penais de menor potencial ofensivo<sup>6</sup> veio a alterar profundamente o processo penal brasileiro, constituindo, mesmo, o que já se caracterizou como verdadeira “revolução judiciária”.<sup>7</sup>

Quatro institutos vieram a implantar-se no processo penal brasileiro, com aplicação mesmo fora dos Juizados Especiais, quer dizer, perfeitamente incidentes no tocante aos procedimentos comuns. São quatro medidas despenalizadoras:<sup>8</sup> 1.ª) composição civil com o efeito de extinção de punibilidade (Lei 9.099, art. 74, parágrafo único); 2.ª) aplicação de pena alternativa, restritiva de direitos

ou multa (Lei 9.099, art. 76); 3.ª) exigência de representação do ofendido no crime de lesões corporais culposas (Lei 9.099, art. 88); 4.ª) suspensão condicional do processo penal (Lei 9.099, art. 89).

Diante da Lei 9.099, de 26.09.1995, tem-se por certo que o sistema processual penal brasileiro, no tocante às infrações penais consideradas de menor potencial ofensivo pela lei aludida, alterou-se, abandonando o princípio da obrigatoriedade da ação penal, em prol do princípio da obrigatoriedade mitigada, ou da disponibilidade restrita ou regrada, obrigando os aplicadores do Direito Penal à convivência com o consenso.<sup>9</sup>

#### 5. Não aplicação da Lei 9.099/95 aos procedimentos especiais

Os relevantes institutos da Lei 9.099, contudo, não se aplicam, por expressa exclusão legal, aos processos para os quais a lei escreve procedimentos especiais, previstos no Código de Processo Penal ou em leis especiais,<sup>10</sup> donde a menor importância para os fins deste trabalho.

Tratando-se de disposições legais recentes, os novos instrumentos da Lei 9.099/95 serão, por certo, em breve incorporados a todas as modalidades procedimentais, inclusive aos procedimentos penais especiais previstos pelo Código de Processo Penal e pela legislação extra-vagante.

#### B) O NOVO PROCEDIMENTO CONTRA AUSENTES

##### 6. Procedimento contra ausentes

Recente inovação legal, da maior importância, sobreveio com a Lei 9.271, de 17.04.1996, a qual, alteran-

(6) Considerados de menor potencial ofensivo, na esteira dos Bagatelldelikte, “as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial” (Lei 9.099, art. 61).

(7) Cf. Sidnei Agostinho Beneti, *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*, em col. com Fátima Nancy Andrichi. Del Rey, 1996. p. 86).

(8) Cf. Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes. *Juizados Especiais Criminais*. Ed. RT. 1995. p. 18.

(9) *Idem, ibidem*.

(10) *Idem, ibidem*.



do o art. 366 do Código de Processo Penal, dispôs que “se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312”.<sup>11</sup>

A disposição legal guarda alguma semelhança com o sistema do § 230 do Código de Processo Penal Alemão: “(Não comparecimento do acusado) 1) Não terá lugar o procedimento em Juízo (Sessão de Julgamento)<sup>12</sup> contra o acusado que não tenha comparecido. 2) Se não justificada suficientemente a ausência do acusado, será ordenada a condução coercitiva, ou decretada a prisão”.<sup>13</sup> E, também, com o § 285 do mesmo diploma legal: “(Finalidade de

asseguramento da prova) 1) *Não terá lugar o procedimento em Juízo (Sessão de julgamento) contra ausentes.* O processo oferecido contra um ausente terá função de assegurar as provas, para o caso de sua apresentação futura. 2) Com respeito a esse processo, valerão as disposições dos §§ 286 a 294”.

## 7. Prisão preventiva

Como se frisou, resta assegurada a possibilidade de decretação da prisão preventiva, caso presentes os pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Essa possibilidade de decretação da prisão preventiva também assemelha-se à previsão alemã, que, contudo, prevê a possibilidade, não conhecida pela legislação brasileira, de decretação do sequestro patrimonial, em vez da prisão<sup>14</sup> (StPO, § 290).

## 8. A suspensão do prescrição

Corolário lógico e necessário à suspensão do processo durante a ausência do réu revel citado por edital, é a suspensão do curso da prescrição, estabelecida pelo art. 366 do Código de Processo Civil, com a redação da Lei 9.271, de 17.04.1996.

(14) StPO, “§ 290 (Sequestro em lugar de ordem de prisão) 1) Se houver, contra o ausente processado por ação pública, motivos de suspeita que justificariam a promulgação de uma ordem de prisão, poderá submeter-se a sequestro, por meio de auto do Tribunal, seu patrimônio que se encontre na República Federal Alemã. 2) Não terá lugar o sequestro, do patrimônio por causa de fatos puníveis que somente estejam ameaçados com pena privativa de liberdade de até 6 meses, ou a pena pecuniária de até 180 dias-multa”

(11) A decretação da prisão preventiva exige todos os requisitos previstos para as hipóteses gerais de prisão preventiva (CPP, art. 312), não se constituindo, pois, a nova previsão legal, caso de prisão preventiva decorrente do fato da revelia. Atende-se aos princípios gerais da necessidade e da proporcionalidade.

(12) A Sessão de Julgamento é o “procedimento em Juízo” ou procedimento principal (“Hauptverhandlung”). Vem depois do “processo de investigação”, realizado pela Polícia, e do “processo intermediário”, realizado pelo Ministério Público. “Hauptverhandlung” (“procedimento principal”, ou “procedimento em Juízo”) confunde-se com a “Sessão de Julgamento”, porque o procedimento judicial é totalmente oral, assemelhando-se, quanto a todos os crimes, à Sessão do Tribunal do Júri brasileiro.

(13) Comentário: “Die Anwesenheit des Angeklagten in der Hauptverhandlung ist grundsätzlich notwendig (§ 230 I); ein Versäumnisurteil gibt es im Strafverfahren nur in seltenen Fällen (vgl. §§ 329, 412). Damit wird ebenso sehr der Wahrheitserforschung wie den Interessen (...)

## C) PROCEDIMENTO ABREVIADO OU ACELERADO

### 9. Procedimento abreviado ou acelerado

O sistema procedimental brasileiro não possui um instrumento geral de abreviação do procedimento, nos moldes do procedimento alemão,<sup>15</sup> mas vem, nos últimos tempos, criando instrumentos bastante eficazes de encurtamento da marcha procedimental.

Entre esses instrumentos de abreviação do procedimento devem ser citados os institutos resultantes da já mencionada Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099, de 26.09.1995), especialmente:<sup>16</sup>

1.<sup>a</sup>) composição civil com o efeito de extinção de punibilidade (Lei 9.099, art. 74, parágrafo único);

2.<sup>a</sup>) aplicação de pena alternativa, restritiva de direitos ou multa (Lei 9.099, art. 76);

3.<sup>a</sup>) exigência de representação do ofendido no crime de lesões corporais culposas (Lei 9.099, art. 88);

4.<sup>a</sup>) suspensão condicional do processo penal (Lei 9.099, art. 89).

## D) PROCEDIMENTO NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

### 10. Juizado Especial Criminal

O Juizado Especial Criminal é de recente implantação pela Lei 9.099, de 16.09.1995,<sup>17</sup> que deu cumprimento ao

disposto no art. 98, I, da Constituição Federal.<sup>18</sup>

### 11. Juízes togados e conciliadores

O sistema dos Juizados Especiais Criminais implicou a inserção, em auxílio ao Juiz togado, de conciliadores e Juízes leigos.

Os conciliadores, catalogados como auxiliares da Justiça, buscaram, em audiência preliminar, obter a conciliação entre acusado e ofendido, por intermédio da composição dos danos e a aplicação de pena não privativa de liberdade (Lei 9.099/95, art. 72).

A Lei 9.099/95 não previu, no processo penal, a concessão de poderes jurisdicionais a Juízes leigos, como o fez para o processo civil (art. 7.<sup>o</sup>). Anotaram, com acuidade, os mais abalizados comentaristas da Lei dos Juizados Especiais, a prudência do legislador a respeito.<sup>19</sup>

Juizados de Pequenas Causas, implantados pela Lei 7.244/84, em tantos pontos superior à Lei 9.099/95.

(18) Dispõe a Constituição Federal: “Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão: I – Juizados Especiais, providos por Juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de Juízes de primeiro lugar”.

(19) Assim, por todos, Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes, anotando que a lei, “prudentemente, porém, não quis avançar em demasia, adentrando campo onde encontraria por certo resistências, até porque nem mesmo em matéria civil o processo brasileiro das pequenas causas se abriu, logo de início, à atribuição de certas funções jurisdicionais aos cidadãos” (ob. cit., p. 113).

(15) “Beschleunigtes Verfahren”, StPO, § 212.

(16) Cf. Sidnei Agostinho Beneti, *Juizados Especiais Cíveis e Criminais*, em col. com Fátima Nancy Andriighi. Del Rey, 1996. p. 87).

(17) A Lei 9.099/95 tratou, em um único diploma legal, dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. No tocante ao cível já havia os



## 12. O procedimento no Juizado Especial Criminal

Nos termos da Lei 9.099/95, o procedimento nos Juizados simplifica-se e desburocratiza-se enormemente, adquirindo “um maior caráter de humanização e liberdade”,<sup>20</sup> como se vê da própria marcha das fases que o compõem:

1.<sup>a</sup>) Fase preliminar – A autoridade policial lavra Termo Circunstanciado, deixando de instaurar Inquérito Policial, e encaminha, imediatamente, o autor do fato e a vítima ao Juizado competente.<sup>21</sup>

2.<sup>a</sup>) Audiência preliminar – O Juiz, auxiliado ou não por conciliador, e presente o representante do Ministério Público, autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, tenta-se a conciliação, com a composição dos danos civis, se for o caso, a qual é homologada por sentença irrecorrível,<sup>22</sup> passando-se, se inviável a conciliação, à representação verbal.<sup>23</sup>

Ainda na audiência preliminar, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena não restritiva de direitos ou multas, caso presentes os requisitos legais,<sup>24</sup> e, no caso de concordância do autor da infração, será a pena imposta por sentença, não constando, a pena, de antecedentes criminais, salvo no tocante à vedação de concessão do mesmo benefício.<sup>25</sup>

3.<sup>a</sup>) Procedimento sumaríssimo – Não havendo conciliação, nem aplicação de pena não restritiva de direitos com aceitação do autor do fato, seguir-se-á o ope-

recimento de denúncia oral pelo Ministério Público, reduzindo-se ela a termo.<sup>26</sup>

4.<sup>a</sup>) Audiência de instrução e julgamento – Na audiência de instrução e julgamento, o Defensor terá a palavra para a defesa, serão ouvidas as testemunhas de acusação e defesa e, ao final, será interrogado o acusado.<sup>27</sup>

5.<sup>a</sup>) Sentença – Profere-se a sentença na audiência de instrução e julgamento,<sup>28</sup> podendo, no caso de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, ser interpostos embargos de declaração.<sup>29</sup>

6.<sup>a</sup>) Apelação – Da sentença, cabe apelação, a ser julgada por turma de três Juízes em exercício no 1.<sup>o</sup> Grau de Jurisdição na sede do Juizado.<sup>30</sup>

7.<sup>a</sup>) Execução – A execução da pena de multa far-se-á mediante pagamento na Secretaria do próprio Juizado, mas a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, ou da multa cumulada com estas, será processada perante o órgão competente, nos termos da lei,<sup>31</sup> o que quer dizer, geralmente o Juízo da Execução.<sup>32</sup>

(26) Lei 9.009/95, arts. 77 e 78.

(27) Lei 9.009/95, art. 81. Observa-se que, ao contrário do que ocorre no procedimento comum, em que primeiro o acusado é interrogado, para, depois, seguirem-se a defesa prévia e a instrução, no procedimento do Juizado Especial Criminal o interrogatório, como peça de defesa, ocorre por último.

(28) Lei 9.009/95, art. 81. Nessa sentença, que deve ser motivada, dispensa-se o relatório (art. 81, § 3.<sup>o</sup>).

(29) Lei 9.009/95, art. 83.

(30) Lei 9.099/95, art. 82.

(31) Lei 9.009/95, arts. 84 e 86. Essa remessa justifica-se “diante da complexidade do procedimento executório em face da natureza das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos” (cf. Maurício Antonio Ribeiro Lopes, em col. com Joel Dias Figueira Júnior, *Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais*. 2. ed. São Paulo: RT. 1997. p. 554).

(32) Lei 7.910/84, Lei de Execução Penal.

(30) Cf. Marco Antonio Marques da Silva. *Juizados Especiais Criminais*. São Paulo : Saraiva, 1997. p. 110.

(21) Lei 9.009/95, art. 69.

(22) Lei 9.009/95, arts. 72 e 74.

(23) Lei 9.009/95, art. 75.

(24) Lei 9.009/95, art. 76 e seus parágrafos.

(25) Lei 9.009/95, art. 76 e seus §§ 4.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup>.

## E) CONCLUSÕES

### 13. A humanização do processo penal

No que interessa aos objetivos deste trabalho, impõe-se concluir assinalando a clara evolução do Direito Processual Penal brasileiro no sentido da humanização da aplicação prática do Direito Penal.

O Direito Processual Penal é comprometido com a garantia dos direitos humanos do acusado, destacando-se, principalmente a série de garantias processuais penais constantes da Constituição Federal e, especialmente, as já assinaladas garantias do devido processo legal,<sup>33</sup> do contraditório e ampla defesa,<sup>34</sup> da presunção de<sup>35</sup> e da publicidade e motivação das decisões judiciais.<sup>36</sup>

### 14. Intensificação do rigor de medidas processuais

Ao lado, contudo, da humanização geral do Direito Processual Penal como instrumento de garantia, registra-se no País significativo movimento de elaboração legal no sentido do maior rigor das medidas preventivas penais, especialmente privativas da liberdade, por intermédio dos institutos da prisão tem-

porária,<sup>37</sup> bem como por meio de negação de benefícios nos casos de crimes considerados hediondos.<sup>38</sup>

A persecução à criminalidade organizada veio a merecer, também, severa legislação, com disposições processuais penais correspondentes.<sup>39</sup>

### 15. O procedimento penal como garantia do cidadão

Em meio ao equilíbrio de medidas legais de humanização e outras de maior rigor, avulta a conclusão de que, de qualquer forma, o procedimento penal, no Brasil, é garantia do cidadão, bem protegido, no tocante à fase judicial da persecução penal, por sistema de garantias que preserva muito bem a legalidade da persecução penal, ao menos no tocante à preservação do acusado, diante de acusação não demonstrada.

O de que a população geralmente reclama é o contrário: reconhece-se a boa garantia em prol do acusado, mas acusa-

(33) CF, art. 5.º, LIV – “Ninguém será privado da Liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

(34) Contraditório e ampla defesa, CF, art. 5.º, LV: “aos litigantes, no processo judicial ou administrativo, (...)”

(35) CF, art. 5.º, LVII – “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

(36) CF, art. 93, IX – “Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes”.

(37) A prisão temporária, baseada nas Leis 7.960, de 21.12.1989 e 8.072, de 25.07.1990, é autorizada, ante a representação da Autoridade Policial, por 5 dias, prorrogável por mais 5 e, no caso de crime hediondo, por 10 dias, prorrogável por mais 10 dias.

(38) A Lei 8.072, de 25.07.1990, considera crimes hediondos vários delitos, como o homicídio praticado por grupo de extermínio ou qualificado, o latrocínio, a extorsão qualificada pela morte, a extorsão mediante sequestro qualificada, o estupro, o atentado violento ao pudor, a epidemia com resultado morte, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo, vedando, para esses crimes, a concessão de anistia, graça e indulto, bem como a fiança e a liberdade provisória e devendo, ainda, as penas ser cumpridas integralmente em regime fechado.

(39) Lei da Repressão a Organizações Criminosas (Lei 9.034, de 03.05.1995).

se o aparelhamento Judiciário, que, cumprindo a lei, muitas vezes conclui pela absolvição ou determina a soltura de acusados marcados pela opinião pública, de fraqueza ou excessiva tolerância diante das infrações penais.

Mas no tocante à proteção dos direitos humanos do acusado, mostra-se bem

razoável e equilibrado o sistema brasileiro – e, ademais, dotado de boa eficiência, mesmo quando em vários outros pontos o sistema jurídico brasileiro falha de forma significativa. O sistema é moderno, humano e bastante eficaz, na proteção dos direitos humanos dos acusados.